



A percepção de crianças e adolescentes sobre a segurança e a violência:

a aplicação do Índice de Segurança da Criança em uma escola

Renata Avelar Giannini, Maiara Folly, Monica de Cassia Nehrebeck e Willian Vinícius Silva

Sumário

Resumo	1
Introdução	2
Educação e violência em São Paulo	3
A EMEF do CEU Parque Anhanguera e o Morro Doce	5
Metodologia e desenho de pesquisa	6
Resultados: a percepção de crianças e jovens sobre a violência e a insegurança em seu entorno	7
Conclusão	14
Referências	15



A percepção de crianças e adolescentes sobre a segurança e a violência:

a aplicação do Índice de Segurança da Criança em uma escola

Renata Avelar Giannini, Maiara Folly, Monica de Cassia Nehrebeck e Willian Vinícius Silva

Resumo

Este Artigo Estratégico analisa a aplicação do Índice de Segurança da Criança na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Centro Educacional Unificado Parque Anhanguera, localizado no bairro Morro Doce, em São Paulo. É a primeira vez que a ferramenta foi aplicada em uma escola, o que permitirá a formulação de um projeto pedagógico e iniciativas focadas nos principais resultados da pesquisa. Esta identificou que o índice de insegurança tende a ser maior entre os adolescentes de 13 a 17 anos do que entre as crianças de 8 a 12 anos. O estudo também demonstra que independentemente da faixa etária, as entrevistadas do sexo feminino sentem-se menos seguras do que os respondentes do sexo masculino, tanto em ambientes públicos quanto privados. Nota-se ainda que, apesar das adversidades enfrentadas, os alunos entrevistados mostram um elevado grau de otimismo com relação a seu futuro. Porém, o grau de vitimização na escola, em especial no que tange à relação entre colegas - como brigas e xingamentos -, é alto.

Introdução

Em junho de 2015, o Índice de Segurança da Criança (ISC) foi aplicado em 490 crianças e jovens matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) do Centro Educacional Unificado (CEU) Parque Anhanguera, localizado no bairro Morro Doce no município de São Paulo. Foi a primeira vez que o instrumento foi aplicado em uma escola, com o intuito de construir uma base de conhecimento sobre a percepção dos alunos sobre a segurança e a violência em seu entorno. Os resultados contribuirão para o desenho de um projeto pedagógico que leve em conta estas perspectivas, seja para trabalhá-las no ambiente escolar, seja para promover o protagonismo infantil e juvenil entre os alunos da escola.

O ISC tem como objetivo entender como a violência e a insegurança afetam o dia a dia de crianças e jovens a partir de sua própria percepção. Este diagnóstico permite um melhor entendimento sobre o ciclo da violência durante a infância e a adolescência, central para a formulação de políticas públicas na área de educação e segurança pública. Torna-se, assim, um instrumento para promover a participação deste público vulnerável na formulação de políticas públicas e para promoção de ações para a prevenção e redução da violência.

Este Artigo Estratégico encontrou que:

- O ISC foi bem-sucedido enquanto ferramenta para identificar a percepção de violência e segurança entre alunos de uma escola localizada em bairro de renda baixa, em que serviços públicos e infraestrutura são limitados. Os resultados contribuirão para o projeto pedagógico da instituição e para a formulação de programas que considerem as necessidades específicas dos alunos, baseados nas perspectivas desses sobre violência.
- A percepção de segurança entre crianças e adolescentes é menor em espaços públicos, em especial a comunidade. No entanto, crianças tendem a se sentir mais seguras que adolescentes e são mais otimistas com relação a seu futuro e as chances de terem uma vida melhor.
- Meninas e jovens do sexo feminino tendem a se sentir mais inseguras que meninos e adolescentes do sexo masculino, em especial em ambientes públicos como ruas ou mesmo na casa de outras pessoas e na escola. Elas também se sentem menos protegidas pela polícia do que os colegas do sexo masculino.

- Para crianças, a falta de atenção e cuidado por parte da família é considerada errada e pode indicar um entendimento de que o abandono constitui uma forma de violência. De maneira geral, jovens e adolescentes consideram agressões físicas, verbais e sexuais como formas de violência. Importantes diferenças entre respondentes adolescentes do sexo feminino e masculino foram observadas para todas as formas de violência questionadas. Para elas, a violência sexual é a principal forma de violência. Já entre eles, agressões físicas são vistas como a forma de violência preponderante.
- Apesar do papel primordial da polícia na promoção da segurança da sociedade, a confiança dos entrevistados - e sobretudo dos adolescentes - em agentes policiais mostrou-se relativamente baixa.
- A violência no ambiente escolar foi aspecto salientado pelos alunos da EMEF do CEU Parque Anhanguera. Entre os incidentes mais recorrentes constam casos de ameaças e xingamentos entre colegas, além de relatos de brigas dentro da escola. Também foi considerável o número de entrevistados que afirmaram ter aulas canceladas em função da violência.

Este Artigo está dividido em cinco seções principais. A primeira trata da importância de programas de prevenção da violência através da Educação e contextualiza a situação da cidade de São Paulo. A segunda oferece um panorama sobre a região do Morro Doce e o projeto pedagógico da escola. A terceira parte focou na metodologia de pesquisa utilizada enquanto a quarta descreveu os principais resultados a partir da percepção de crianças e jovens entrevistados. Por fim, a conclusão trata das lições aprendidas sobre a aplicação do ISC em uma escola e lança recomendações para aplicações futuras.

Educação e violência em São Paulo

A aplicação do ISC em uma escola é um importante passo para produção de conhecimento sobre a relação entre Educação e violência. A Educação, comumente entendida como veículo para realização da cidadania, protagoniza papel central em ações de redução e prevenção da violência. Neste contexto, a Educação pode ser uma via de mão dupla. Se, por um lado, é um importante veículo de interrupção de lógicas de exclusão e violência, por outro, pode contribuir para a reprodução dessas lógicas.¹ Apesar disso, são limitados os estudos que sistematizem o impacto de estratégias educacionais em diferentes formas de violência.

Neste contexto, a aplicação do ISC no ambiente escolar pode contribuir para trazer à tona o protagonismo infantil e juvenil neste tema, bem como permitir um melhor entendimento da lógica da violência no contexto do projeto pedagógico da escola em questão. A apresentação dos resultados da aplicação do ISC na EMEF do CEU Parque Anhanguera e a formulação de atividades e de um projeto pedagógico fundamentado nesses resultados iniciais será uma primeira tentativa de explorar essa possibilidade. No entanto, para conclusões robustas, será necessário que estudos mais aprofundados e em conjunto com a administração da escola e outros órgãos governamentais - como Secretarias de Educação e de Segurança - sejam realizados.

De maneira geral, o debate sobre as relações entre Educação e violência só veio a ganhar força a partir da década de 90,² e limitou-se à análise das consequências dos conflitos armados e da instabilidade socioeconômica como obstáculo para o acesso à Educação³ (direito inalienável de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948). Foi somente a partir dos anos 2000 que se passou a observar também como estratégias educacionais podem contribuir tanto para fomentar, quanto para reduzir quadros de insegurança e conflito.⁴



Alunos da EMEF do CEU Parque Anhanguera
Foto: Renata Avelar, Instituto Igarapé

Entre os fatores que podem propiciar o desenvolvimento de instabilidade a partir de abordagens educacionais, destaca-se o agravamento de divisões sociais em razão de aspectos como etnicidade e credo. Tais diferenciações podem ser reforçadas através de currículos escolares que sejam excludentes e intolerantes com certas identidades. Por outro lado, é importante que a escola desenvolva mecanismos voltados para a compreensão dos diferentes tipos de violência aos quais os alunos estão sujeitos a enfrentar em ambientes públicos e privados. Assim, a educação escolar pode se tornar um meio eficaz prevenção, como o apoio à integração plena dos estudantes à sociedade e o incentivo à participação dos pais na vida escolar do aluno.⁵

No Brasil, estudos sobre a relação entre a Educação e a violência prosperaram nos anos 2000. Estes focaram na reprodução da violência no interior das escolas, na dificuldade de acesso à Educação em função da violência no entorno escolar, bem como na análise das consequências da violência sobre o comportamento do aluno.⁶ No país, o direito à Educação foi incorporado à Constituição de 1988, passando a ser universalizado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, e com a ampliação da escolaridade obrigatória a crianças com idades entre 4 e 17 anos, em 2009.

Os avanços no campo normativo também foram acompanhados da melhora de alguns indicadores concretos, em particular, a redução do percentual de crianças fora da escola (em 64% de 1990 a 2013) e do analfabetismo (em 88% no mesmo período).⁷

1 Ver: Dos Ramos, M., 2016.

2 Ver: Pino, A., 2007.

3 Ver: Carvalho, A.M. e Souza, P.M, 2008

4 Ver: Tawil, S., 1997; UNESCO, 2008.

5 Ver: Drummond, J., 2007; Gusmão, F.P, s.d

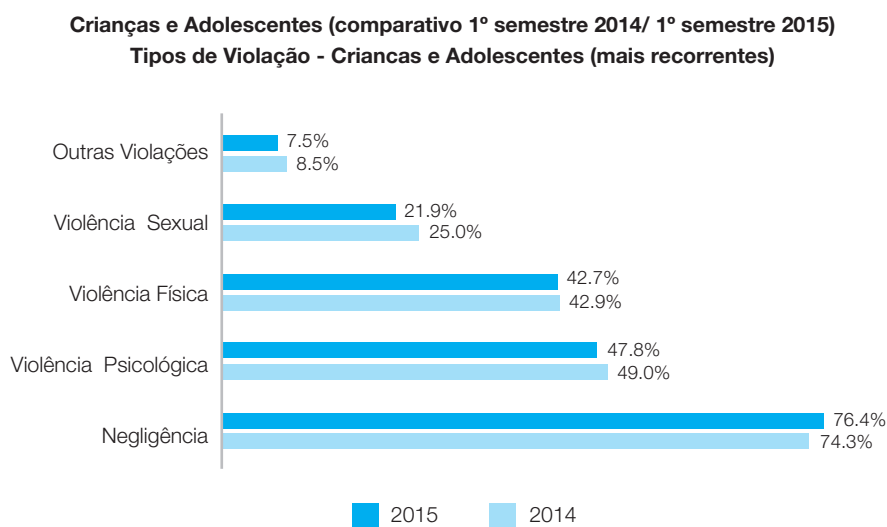
6 Ver: Dos Ramos, M., 2016; Abramovay, M., 2002; De Camacho, 2000; Gonçalves, L.A, 2002 e Sposito, M., 2002; Monteiro, R., 2013; Chioda, L.; Mello, J.M.L.; Soares, R., 2013.

7 UNICEF, 2015, p.16

No entanto, os desafios persistem. O número absoluto de crianças e adolescentes que continuam fora da escola (cerca de 2,8 milhões, ou 6,2% dos brasileiros entre 4 e 17 anos) permanece alto.⁸ Além disso, o número de aulas canceladas em razão da violência em comunidades conflagradas permanece alto em diversas cidades e estados do Brasil, inclusive no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Outro desafio que não pode ser ignorado é a alta quantidade de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica no Brasil.⁹ No primeiro semestre de 2015, o disque 100 – que registra denúncias sobre maus-tratos, violência, e violações de Direitos Humanos em todo Brasil – registrou 66.518 denúncias. Mais da metade delas (63,2%) estavam relacionadas a violações de direitos de crianças e adolescentes. Dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos revelam que o maior número de violações estão relacionados à negligência (76,4%), violência psicológica (47,8%), violência física (42,7%) e violência sexual (21,9%).¹⁰

Figura 1. Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos: crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Os dados também revelam que a maioria das vítimas (45%) são meninas. A porcentagem de meninos afetados é de 39%; 16% não informaram o gênero ao registrarem denúncia. A faixa etária mais atingida é de 8 a 11 anos (20%), seguido das faixas etárias de 4 a 7 anos e de 12 a 14 anos, que representam 19% cada uma.¹¹ A maior incidência de violência contra meninas e jovens do sexo feminino ajuda a explicar o porquê da tendência de que estas sejam as que mais se sentem inseguras em ambientes públicos e privados. Estes dados corroboram os resultados iniciais da aplicação do ISC em comunidades de Recife e do Rio e que se repetiu entre os alunos da EMEF do CEU Parque Anhanguera no Morro Doce, em São Paulo. Na três cidades a percepção de insegurança entre meninas é maior.

Também chamam atenção os casos de violência que acontecem dentro de escolas brasileiras.¹² São Paulo não escapa a essa realidade. Em 2013, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo divulgou pesquisa apontando que 44% dos 1.400 professores entrevistados – todos da rede estadual de ensino –, já teriam sofrido algum tipo de agressão. Do total, 84% disseram ter presenciado ou

ficado sabendo de casos de violência na escola em que trabalham. Os professores apontam o uso de drogas e de álcool e brigas entre gangues como alguns dos fatores que geram violência nas escolas.¹³ No que diz respeito aos alunos da rede estadual, 28% já sofreram algum tipo de violência na escola e 77% afirmam ter ficado sabendo de algum ato de violência. Os casos mais comuns seriam referentes à agressão verbal (16%), bullying (10%), agressão física (8%), discriminação (2%) e furto (2%).¹⁴

8 Souza, M. "Brasil tem 2,8 milhões de crianças e adolescentes fora da escola". Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/01/19/brasil-tem-28-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-fora-da-escola.htm>

9 Azevedo, G., s.d.

10 Cabe notar que em uma mesma ligação podem ser denunciados mais de um tipo de violação de Direitos Humanos.

11 Ver: Governo Federal, 2015.

12 Ver: Rosa, 2010.

13 Ver: G1, 2013. "44% dos professores de SP já sofreram agressão, diz sindicato". Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/quase-metade-dos-professores-estaduais-ja-sofreram-com-agressao.html>

14 Ver: IG, 2013. "Na rede estadual, 28% dos alunos já sofreram violência na escola". Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-11-29/na-rede-estadual-28-dos-alunos-ja-sofreram-violencia-na-escola.html>

Um levantamento mais recente, baseado em dados da Secretaria do Estado da Educação, aponta que a cada dois dias um professor é agredido fisicamente por alunos nas escolas estaduais de São Paulo. Entre janeiro de 2014 e abril de 2015, foram 295 casos de violência, uma média de 1 ocorrência a cada 39 horas. Mais da metade dos casos, cerca de 171, ocorreu na Grande São Paulo, com a capital liderando a quantidade de ocorrências, com 26 casos.¹⁵

Observa-se, assim, que há uma relação negativa entre a educação e a violência que precisa ser trabalhada.¹⁶ É preciso estruturar atividades educacionais de maneira a garantir que prevaleça uma relação positiva, na qual a primeira oferece elementos para prevenir a segunda e se consolide como facilitadora do exercício da cidadania.¹⁷

A EMEF do CEU Parque Anhanguera e o Morro Doce

A EMEF do CEU Parque Anhanguera localiza-se no bairro do Morro Doce, no município de São Paulo. A escola, inaugurada em 2008, recebe alunos de diversas localidades do bairro, inclusive de moradores da área de ocupação irregular vizinha. A região do Morro Doce é um distrito situado na Zona Noroeste da Cidade de São Paulo, próximo à rodovia Anhanguera. Suas origens remontam às antigas plantações de cana-de-açúcar existentes no bairro, que serviam para produção de cachaça em alambiques. A inauguração da rodovia Anhanguera, durante a década de 1940, deu novo impulso à área, que passou a incorporar estabelecimentos de caráter industrial em suas margens. A rodovia também serviu para impulsionar o crescimento populacional do distrito, proporcionando a formação de bairros lindeiros como o Jardim Jaraguá, o Jardim Britânia e o Jardim Anhanguera.



Aluno da EMEF do CEU Parque Anhanguera
Foto: Renata Avelar, Instituto Igarapé

Na atualidade, o bairro do Morro Doce conta com aproximadamente 65 mil habitantes, que são originários de múltiplas regiões do país. Observa-se que a região se tornou importante pólo de atração de fluxos migratórios. Os imigrantes eram orientados não apenas pelas oportunidades de emprego, mas também pelas moradias de baixo custo. Ainda assim, a região carece de oportunidades culturais e de lazer, o que limita o universo das crianças e adolescentes que ali vivem, incluindo os alunos da EMEF do CEU Parque Anhanguera.

A maior parte dos alunos atendidos pela escola é composta de migrantes de origem humilde, vindos especialmente dos estados do Nordeste. Os alunos são oriundos de famílias de classe média baixa ou de renda baixa, com condições limitadas para cumprir com necessidades básicas, inclusive nas áreas de saúde, nutrição e infraestrutura.

Diante disso, o projeto pedagógico da escola se orienta para o desenvolvimento das potencialidades individuais dos alunos, seja no campo do conhecimento científico-cultural, no ramo das artes e dos esportes, ou mesmo em iniciativas de organização comunitária para o exercício da cidadania. Por meio do projeto, busca-se resgatar as identidades culturais dos alunos e formar uma rede de proteção social voltada para suas necessidades.¹⁸

15 Ver: Aroverde, 2015. "A cada 2 dias, um professor é agredido por aluno em escolas estaduais". Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias/a-cada-2-dias-um-professor-e-agredido-por-aluno-em-escolas-estaduais/>

16 Ver: Gonçalves, L.A. e Sposito, M., 2002

17 Ver: Njaine, K. e Minayo, M., 2003.

18 Projeto pedagógico da EMEF CEU Parque Anhanguera 2015. "Paz, ação consciente construindo cidadania".

A aplicação do ISC no âmbito desta escola oferecerá importantes insumos para formulação de novas práticas pedagógicas, em particular a construção de um currículo escolar que considere a perspectiva dos alunos sobre segurança e violência. O ISC também poderá contribuir para aprimorar práticas pedagógicas já enfatizadas pela escola, em particular, o protagonismo juvenil e o resgate e valorização da identidade cultural local.

Metodologia e desenho de pesquisa

O ISC é um aplicativo de smartphone/tablet simples que consiste em um questionário com 30 perguntas que avalia a percepção de crianças e adolescentes em casa, na escola e na comunidade. Também observa as reações deste grupo com relação a pessoas, resiliência e formas de violência. O aplicativo permite ainda a visualização dos resultados por idade e sexo em uma plataforma online que organiza os dados de maneira interativa e inovadora. O entendimento de como violência e insegurança afetam o dia a dia de crianças e adolescente é central para o planejamento de políticas públicas eficazes para a prevenção e redução da violência.¹⁹ Cabe destacar que durante o processo de formulação das perguntas sobre os diferentes tipos de violência, evitou-se o uso específico do termo "violência", substituindo-a por expressões similares que remetessem a ideia de que xingar, ameaçar ou bater é algo errado.

Uma inovação central deste aplicativo é a promoção da participação infantil no processo de elaboração de um diagnóstico de segurança voltado para as necessidades deste público. Um importante próximo passo é a utilização dos dados coletados para informar políticas e tomadores de decisão. O aplicativo, já testado em Recife, em 2014, e no Rio de Janeiro, no início de 2015, foi aplicado pela primeira vez em uma escola em São Paulo. A aplicação do ISC em um ambiente escolar suscita importantes considerações sobre seu uso como forma de levantar insumos para projetos pedagógicos em áreas vulneráveis e marginalizadas, podendo influenciar diretamente programas educacionais voltados para a redução e prevenção da violência. Outro uso em potencial

é a inclusão de questões específicas sobre alguns aspectos-chave e que merecem atenção especial na escola, como atos de bullying.²⁰



Aluno da EMEF do CEU Parque Anhanguera participa da pesquisa com o Índice de Segurança da Criança
Foto: Renata Avelar, Instituto Igarapé

A aplicação do ISC na EMEF do CEU Parque Anhanguera ocorreu entre os dias 11 e 12 de junho e foi realizada pelos próprios professores e funcionários da escola. Um treinamento curto de 2 horas foi realizado no mesmo dia e focou nos aspectos práticos do aplicativo, bem como nos princípios de proteção, confidencialidade e consentimento. Todos foram consultados se estavam de acordo em responder ao questionário. Com vistas a respeitar os princípios de proteção e confidencialidade, os questionários foram aplicados individualmente por professores e funcionários da escola do lado de fora da sala de aula.

O ISC foi aplicado em um total de 490 alunos matriculados na EMEF do CEU Parque Anhanguera, sendo a grande maioria crianças entre 8 a 12 anos – 403 do total. Para o ano letivo de 2015, nesta faixa etária estavam matriculados 806 crianças e jovens. O ISC foi então aplicado em 60% dos alunos da escola, especificamente, em 71% das crianças entre 8 e 17 anos, e 34,8% de adolescentes. A escolha das turmas foi aleatória e correspondeu as que estavam disponíveis para aplicação nos dias selecionados. Houve um esforço de entrevistar a totalidade dos alunos matriculados, no entanto, em função do curto período em que estavam disponíveis os celulares para aplicação do questionário, algumas turmas não foram entrevistadas, em particular as de adolescentes. Ainda assim, o número de respondentes é bastante alto e os resultados da pesquisa, particularmente entre crianças, bastante representativo.

¹⁹ Ministério da Justiça, 2010.

²⁰ Ver: CEATS, 2010.

Tabela 1: Total de alunos entrevistados por faixa etária

Idade	Sexo		Total
	M	F	
8 a 12 anos	211	192	403
13 a 17 anos	43	44	87
Total	254	236	490

Tabela 2: Total de alunos da EMEF do CEU Parque Anhanguera por faixa etária e sexo

Idade	Sexo		Total
	M	F	
8 a 12 anos	306	250	556
13 a 17 anos	123	127	250
Total	429	377	806

O questionário contou com 30 perguntas, que foram divididas em seis módulos. Cada um deles buscou identificar a percepção de crianças e jovens sobre a segurança em diferentes âmbitos, em especial no ambiente familiar, na casa de vizinhos e em espaços públicos da comunidade. Também avaliou o sentimento de segurança com relação a pessoas, como familiares, vizinhos e policiais. Além disso, incluiu-se um módulo sobre resiliência e outro sobre diferentes tipos de violência.

Resultados: a percepção de crianças e jovens sobre a violência e a insegurança em seu entorno

A aplicação do ISC na EMEF do CEU Parque Anhanguera mostrou que, de maneira geral, seus alunos reportaram níveis de segurança alto e/ou médio, que variaram de acordo com o módulo. Chama atenção o fato de que somente entre 62% e 71% dos alunos entre 8 e 17 anos reportaram altos níveis de segurança para a escola, e somente entre 47% e 57% consideram sua comunidade segura. É digno de nota o fato de que, conforme reportado por funcionários da instituição, incursões policiais recentes resultaram

na morte de um jovem no interior da escola em data próxima à aplicação do ISC. É possível que o ocorrido tenha tido importante impacto na percepção dos alunos.

Os resultados da aplicação do ISC na EMEF do CEU Parque Anhanguera são consistentes aos resultados obtidos em outros pilotos do projeto. Assim, adolescentes reportaram índices de insegurança mais altos que crianças de até 12 anos. Igualmente, meninas e adolescentes do sexo feminino reportaram índices de segurança menores que colegas do sexo masculino. Estas diferenças se apresentaram mais agudas para o módulo “comunidade” - que avalia a percepção de segurança na comunidade em que vivem - e o módulo “pessoas” - que identifica a percepção de segurança com relação a algumas pessoas, incluindo a polícia, vizinhos, traficantes, etc.

É interessante notar que, de maneira geral, os entrevistados se mostraram otimistas com relação a seu futuro, como ilustra a alta porcentagem de crianças e adolescentes que responderam positivamente às perguntas no módulo resiliência. O objetivo deste módulo é, por um lado, avaliar a habilidade de responder a situações adversas e, por outro, a capacidade de adaptação e superação.



Desenhos alunos da EMEF do CEU Parque Anhanguera
Foto: Renata Avelar, Instituto Igarapé

O módulo escola, central para este piloto, foca em aspectos relacionados à segurança e proteção no interior da escola. O questionário inclui questões que avaliam punições recebidas pelo corpo administrativo e docente da escola, brigas entre colegas, e violência no interior da instituição e em seu entorno. Neste caso, foram somente cerca de 3% das crianças e 3,5% dos jovens que responderam nunca à questão “Alguns alunos brigam na minha escola”. Além disso, identificou-se alta porcentagem de alunos – quase 80% - que confirmaram que aulas são às vezes ou sempre canceladas em função da violência no entorno da escola.

Tabela 3. Percentual de respondentes que responderam “alta segurança” por módulo

Módulos	8 a 12 anos			13 a 17 anos		
	M	F	todos	M	F	todos
Comunidade	64,9%	48,9%	57,3%	58,1%	36,4%	47,1%
Casa	84,8%	84,9%	84,9%	81,4%	77,3%	79,3%
Escola	62,6%	62,5%	62,5%	76,4%	65,9%	71,3%
Pessoas	77,3%	68,2%	73,2%	62,8%	54,5%	58,6%
Resiliência	99,0%	94,8%	97,0%	93,0%	88,6%	90,8%

Uma análise segundo faixas etárias

Diferenças segundo faixa etária foram observadas em alguns módulos. De maneira geral, adolescentes tendem a se sentir mais inseguros do que crianças. As diferenças se mostraram maiores em alguns dos módulos, em especial nos módulos “comunidade”, “pessoas” e “resiliência”. O módulo “escola” é o único que pareceu mais seguro aos adolescentes do que às crianças. A diferença se deu principalmente no questionamento sobre a existência de ameaças e xingamentos entre colegas. Neste caso, 40% das crianças reportaram que às vezes ou sempre são vítimas de xingamentos e ameaças. Já entre os adolescentes, esta porcentagem caiu para 25%.

Apesar disso, foram somente 44% dos adolescentes que responderam sempre sentirem-se seguros na escola. Entre as adolescentes do sexo feminino, esta porcentagem cai para 32%, número consideravelmente menor do que os adolescentes do sexo masculino que afirmam se sentir seguros no ambiente escolar (56%). Entre crianças, independentemente do gênero, esta porcentagem sobe ainda mais, chegando a 69%.

Algumas questões sobre “comunidade” também apresentaram diferenças dignas de nota. Em especial, questionamentos sobre o futuro, locais para brincar/ passear e medo de carros. Como é de se esperar, crianças têm mais medo de carros, bicicletas e outros veículos que adolescentes. Quase 40% das crianças responderam sempre sentir medo de carros, motos e bicicletas, contra 18% dos jovens. Por outro lado, cerca de 62% das crianças afirmaram que há locais seguros para brincar na comunidade. Já entre os adolescentes, foram somente 47% que identificaram sua comunidade como um local seguro para passear. Finalmente, há uma

marcada diferença sobre a percepção de se ter um bom futuro. Enquanto 62% das crianças afirmaram ter muitas chances de crescer e ter uma vida boa, somente 37% dos jovens reportaram o mesmo otimismo.

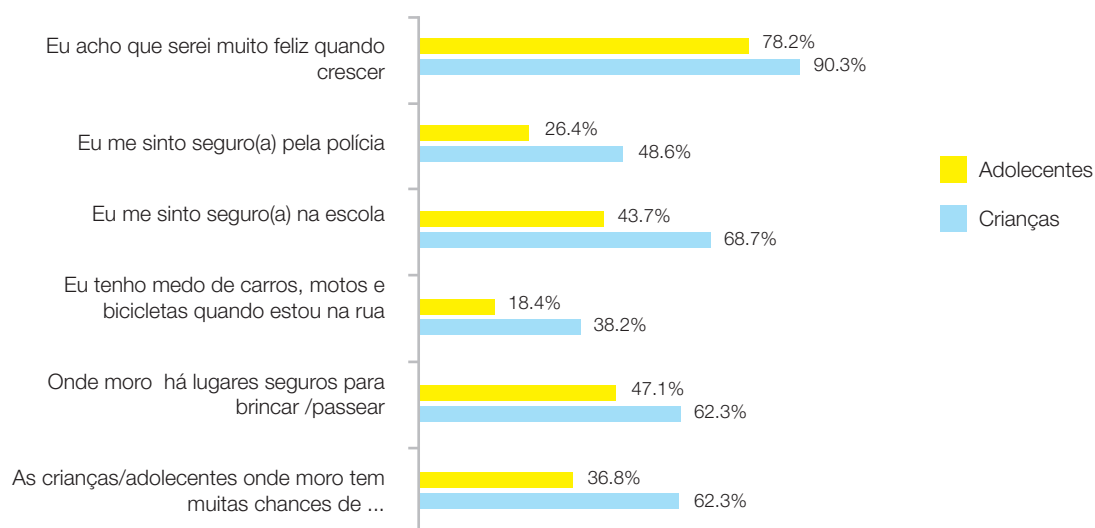
Também é notável a diferença de percepção de segurança na comunidade de acordo com o sexo dos entrevistados. Em todas as faixas etárias, os meninos sentem-se mais seguros do que as meninas. Em geral, os meninos também são mais otimistas quanto a possibilidade de possuir uma boa qualidade de vida no futuro. Também é maior a porcentagem dos entrevistados do sexo masculino que acreditam saber o que fazer em situações de perigo.

A destacada diferença entre crianças e jovens com relação às suas perspectivas para o futuro, conforme observado no módulo “comunidade”, repetiu-se no modo “resiliência”, com 90% das crianças afirmando que serão muito felizes na vida adulta. Entre os jovens essa porcentagem é relativamente menor, 78%.

No que tange à percepção sobre a polícia, adolescentes parecem confiar bem menos em policiais do que as crianças. Enquanto que 49% dos respondentes de 8 a 12 anos afirmaram sempre sentir-se protegido pela polícia, foram apenas 26% dos adolescentes que responderam o mesmo. Percebe-se, portanto, que o índice de confiança parece ser baixo para ambas as faixas etárias; especialmente ao considerar-se que o papel primordial da polícia é o de atender às necessidades de segurança da sociedade. O medo da polícia, porém, não é infundado. Em 2014, 21% do total de homicídios em São Paulo foram causados pela ação policial. No restante do Brasil, a média de mortes por policiais corresponde a 5% dos homicídios.²¹ Um estudo realizado pela prefeitura de SP assinala que grande maioria das vítimas são jovens e negros. A cada quatro pessoas mortas pela polícia na cidade, uma é adolescente (de 13 a 17 anos), e duas em cada três são negras.²²

21 Ver: Rede Brasil Atual, 2015. “Porte por ação policial representam 21% do total de homicídios em 2014”. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/12/mortes-por-acao-policial-representam-21-do-total-de-homicidios-em-2014>.

22 Ver: Correio Brasiliense, 2015. “Um em cada 4 mortos por policiais em São Paulo tem entre 13 e 17 anos”. Disponível em: http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/12/11/internas_polbraeco,510236/um-em-cada-4-mortos-por-policiais-em-sao-paulo-tem-entre-13-e-17-anos.shtml

Tabela 4. Porcentagem de entrevistados que responderam “Sempre”

Uma análise segundo o sexo

Não surpreende que crianças e adolescentes do sexo feminino possuam uma percepção de segurança menos elevada do que os seus correspondentes do sexo masculino. O maior sentimento de insegurança das meninas e adolescentes entrevistadas na EMEF do CEU Parque Anhanguera - tanto em ambientes públicos quanto em privados - está em consonância com o elevado grau de violência contra a mulher no Brasil de maneira geral, e no estado e na cidade de São Paulo mais especificamente. O Brasil está entre os cinco países mais violentos para uma mulher viver. O estudo “Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres”²³ aponta que 13 mulheres são assassinadas por dia em território brasileiro, o que significa uma morte a cada duas horas. O estudo também revela que mais da metade dos assassinatos acontece dentro de casa, e são, em sua maioria, cometidos por parceiros ou ex-parceiros.



Alunas da escola onde a pesquisa foi aplicada
Foto: Renata Avelar, Instituto Igarapé

A violência letal não é a única forma de violência sob as quais mulheres brasileiras são submetidas. Em 2015, o Ligue 180 - canal receptor de denúncias e reclamações de violência contra mulher - registrou 179 relatos de violência contra mulheres por dia.²⁴ Do total de 32 mil relatos de violência, 51,2% eram referentes a agressões físicas (16.499), 30,9% estavam relacionados à violência psicológica (9.971) e 7,1% a violência moral (2.300). As denúncias de violência sexual representaram 4,1% do total, ou 1.308 casos. O número oficial de estupros no país também chama atenção, em 2014 foram 47,6 mil queixas registradas.

23 Ver: Waiselfisz, J., 2015.

24 Ver: G1, 2015. "Número oficial de estupro cai, mas Brasil ainda tem 1 caso a cada 11 minutos". Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/n-oficial-de-estupros-cai-mas-brasil-ainda-tem-1-caso-cada-11-minutos.html>

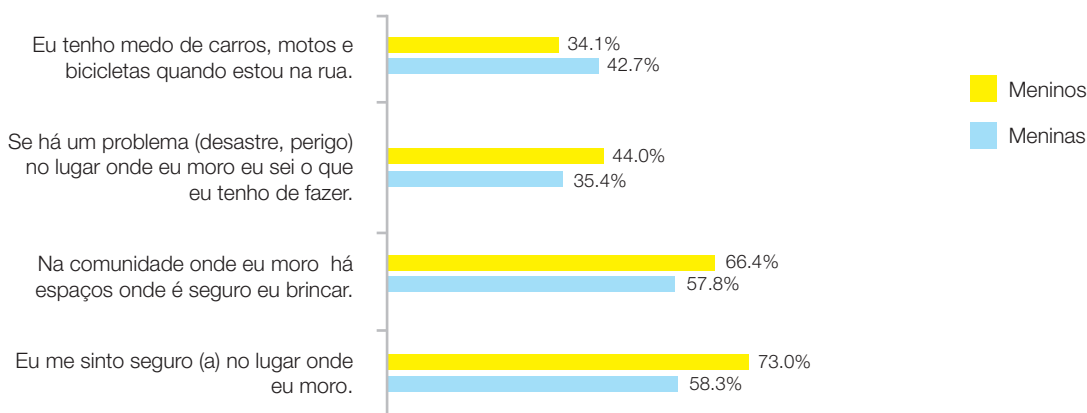
A situação no estado de São Paulo reflete o panorama nacional. De acordo com o Boletim Estatístico Eletrônico do Estado, entre janeiro de 2012 e 2015, foram 432.024 denúncias de violência contra a mulher.²⁵ Destas, 178.994 tratavam-se de casos de agressão, uma média superior a 4,8 mil casos por mês. O número de ameaças contra a mulher também se mostrou alto, foram quase 200 mil casos nos últimos três anos. Em 2014, o estado registrou 10 mil casos de estupro, o que corresponde a mais de um quinto de todos os registros do Brasil.²⁶ Na cidade de São Paulo, a quantidade de denúncias de violência doméstica e familiar contra a mulher caiu 12% de 2014 para 2015. Apesar disso, o número absoluto de denúncias registradas permaneceu alto, foram 5.659 casos durante o ano passado.²⁷

Inseridas em um contexto marcado por elevado grau de violência contra mulheres e meninas, as alunas da EMEF do CEU Parque Anhanguera tendem a se sentir menos seguras que colegas do sexo masculino, em especial em ambientes públicos. As maiores diferenças são identificadas entre as adolescentes, indicando que quanto mais velhas, mais suscetíveis a certos tipos de violências. Diferenças significativas também foram observadas nos módulos “comunidade” e “pessoas”. Estes avaliam o sentimento de segurança dos entrevistados nas comunidades onde moram, e quando estão em companhia de familiares, vizinhos, policiais e pessoas envolvidas com atividades ilegais. Entre adolescentes, no módulo escola, a diferença entre respondentes do sexo masculino e feminino não foi tão significativa.

Medo em ambientes públicos

Além de reportar maior insegurança em espaços públicos, em especial, em sua própria comunidade, meninas e jovens parecem mais incrédulas sobre seu futuro e mais inseguras sobre o que fazer em caso de perigo. Por exemplo, somente 29% das adolescentes entrevistadas reportaram que os jovens da sua comunidade têm muitas chances de ter uma vida boa no futuro, e somente 27% afirmaram saber o que fazer em caso de perigo. Este número contrasta com os respectivos 44% e 47% dos adolescentes do sexo masculino que deram a mesma resposta a esses questionamentos. Entre crianças, embora as porcentagens sejam mais altas, a diferença entre os sexos se mantém. São 35% das meninas que reportaram sempre saber o que fazer se estiverem em perigo, contra 44% dos meninos. Outro dado importante é a pequena porcentagem de adolescentes que reportou existir espaços seguros para passear em sua comunidade. Foram 39% contra 56% dos colegas do sexo masculino. Entre elas, o medo de motos, carros e bicicletas também pareceu mais alto: 43% das meninas e 25% das adolescentes. Entre os colegas do do sexo masculino, as porcentagens foram 34% e 12%.

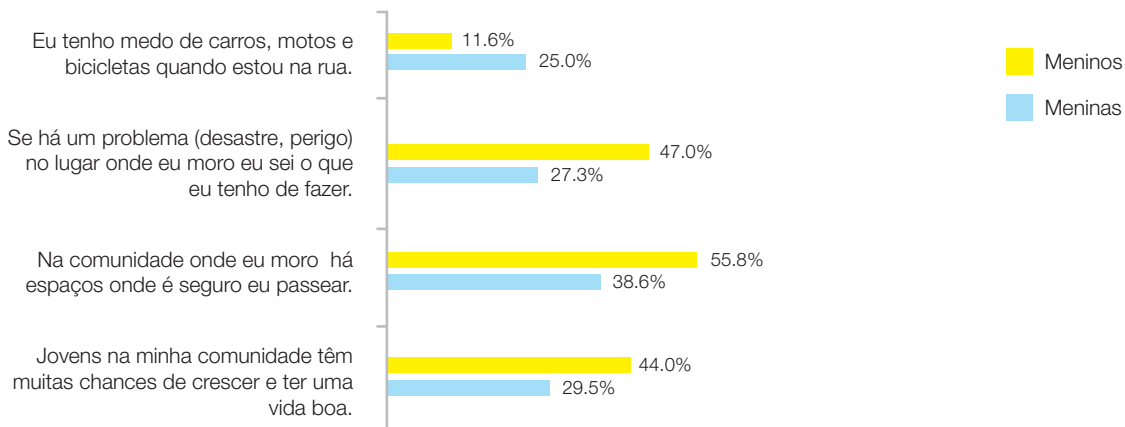
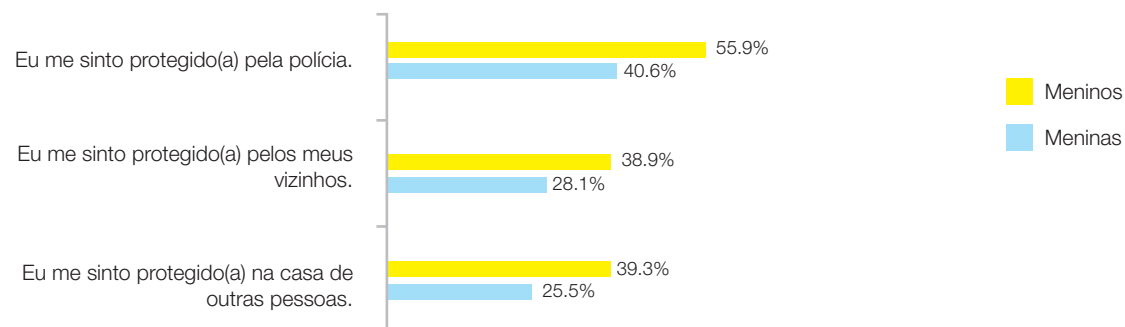
Tabela 5: Porcentagem de crianças que responderam “sempre”



25 Ver: Diário de São Paulo, 2015. "SP tem nova violência contra mulher a cada 4 min". Disponível em: <http://diariosp.com.br/noticia/detalhe/79082/sp-tem-nova-violencia-contra-a-mulher-a-cada-4-min>

26 Ver: Exame, 2015. "A cada 11 minutos, uma pessoa é estuprada no Brasil". Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/a-cada-11-minutos-uma-pessoa-e-estuprada-no-brasil>

27 Ver: Estadão, 2016. "Número de denúncias contra mulher cai 12% na cidade de SP". Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-denuncias-de-violencia-contra-mulher-cai-12-em-sp,1000020041>

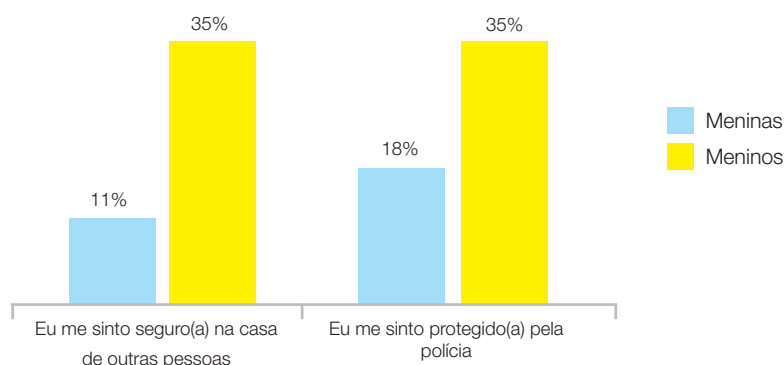
Tabela 6: Porcentagem de adolescentes que responderam “sempre”**Tabela 7.** Porcentagem de crianças que responderam “sempre”

Rede de proteção

A análise do módulo “pessoas”, oferece importantes *insights* sobre a rede de proteção de crianças e adolescentes. Além disso, as diferenças observadas entre os sexos estiveram presentes tanto entre crianças como entre adolescentes. Por exemplo, somente 25% e 11% das meninas e jovens respectivamente, responderam sempre sentir-se seguras na casa de outras pessoas. O dado contrasta com os 39% e 35% dos colegas do sexo masculino na mesma faixa etária. Também chama atenção a desconfiança com relação à polícia e, no caso das crianças, também com relação aos vizinhos. Foram 40% das meninas e apenas 18% das adolescentes

que responderam sentir-se sempre protegidas pela polícia. Já entre meninos e adolescentes do sexo masculino, as porcentagens foram de 55% e 35%. Da mesma maneira, somente 28% das meninas sentem-se protegidas pelos vizinhos, enquanto entre meninos essa porcentagem sobe para 38%.

Tabela 8. Porcentagem de adolescentes que responderam “sempre”



Violência na escola

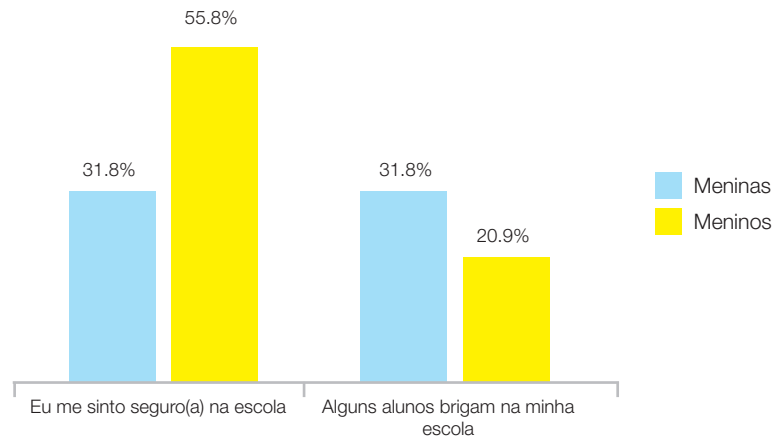
A análise específica do módulo “escola” foi central neste piloto, que focou na percepção sobre a segurança e a violência no interior da EMEF do CEU Parque Anhanguera, no bairro do Morro Doce, em São Paulo.

É interessante destacar uma marcada diferença entre os sexos masculino e feminino no que tange à percepção de segurança na escola. Essa diferença é maior entre adolescentes que entre crianças. Por exemplo, somente 32% das meninas confirmaram que sempre se sentem seguras em suas escolas, em contraste aos 56% dos meninos que responderam da mesma forma. As adolescentes também parecem ter uma visão mais negativa no que diz respeito à ocorrência de brigas. 32% das adolescentes responderam que sempre há brigas na escola. Este número cai para 21% quando os meninos são questionados.

Independentemente da faixa etária, a porcentagem de alunos que diz sofrer ameaças ou agressões físicas e verbais de colegas não ultrapassou 10%, para ambos os sexos. Na EMEF do CEU Parque Anhanguera, problemas relacionados a castigos, punições ou ofensas por parte dos professores ou funcionários para com os alunos não parece ser recorrente. A porcentagem dos entrevistados que afirmaram enfrentar esse tipo de problema ficou, em geral, abaixo dos 4%. Já a porcentagem dos alunos que relataram sempre ter aulas canceladas devido a problemas relacionados à violência ao redor da escola ficou em torno dos 15%.

Tabela 9. Percepção de segurança na escola por idade e sexo

	Sexo F 8 a 12 anos	Sexo M 8 a 12 anos	Sexo F 13 a 17 anos	Sexo M 13 a 17 anos
Eu me sinto seguro na escola.	66%	71%	32%	56%
Alguns alunos brigam na minha escola.	40%	41%	32%	21%
Alguns alunos me ameaçam, me batem ou me xingam na escola.	7%	8%	9%	9%
Falto à aula por conta de punições, castigo e ofensa por parte dos professores ou funcionários.	2%	0.5%	4%	0%
As escolas no lugar onde moro cancelam aulas por causa de problemas como tiroeio e confusão na rua	14%	15%	13%	9%

Tabela 10. Porcentagem de adolescentes que responderam “sempre”

Uma análise sobre as várias formas de violência

A análise final desta publicação destaca a percepção dos alunos da EMEF do CEU Parque Anhanguera sobre os diferentes tipos de violências a que estão submetidos. Em linhas gerais, observa-se que fatores demográficos, como o sexo e a idade, influenciam sobremaneira a percepção destes alunos. Entre adolescentes, por exemplo, as diferenças entre os sexos para cada tipo de violência considerada é bastante grande. Igualmente, diferenças acordadas à idade do respondente foram também observadas.

Entre crianças, agressões físicas (88%) figuraram como a principal forma de violência, seguidas de agressões verbais (85%) e abusos de ordem sexual (82%). Já entre os adolescentes, o abuso sexual (79%) figura como a principal violência, seguido de agressões físicas (78%) e verbais (69%). Chama atenção que tanto entre crianças como entre os adolescentes, uma porcentagem relativamente alta considerou a falta de atenção e cuidado como uma forma de violência. 65% das crianças e quase 50% dos adolescentes responderam que é sempre errado ficar sozinho, sem atenção, e sem cuidado por parte dos responsáveis. Na mesma linha, uma elevada porcentagem de crianças e adolescentes, 66% e 67% respectivamente, consideraram ficar de castigo como muito errado.

As principais diferenças no que tange ao sexo dos respondentes foram observadas entre adolescentes. Enquanto 95% das adolescentes responderam que é sempre errado tocar o corpo sem permissão, 63% dos garotos tiveram a mesma resposta. Uma diferença similar foi observada com relação à pergunta sobre a falta de atenção e cuidado, já que 66% das garotas e

somente 33% dos garotos responderam que é sempre errado ficar sozinho (desacompanhado) em casa. Estas diferenças foram observadas também no que tange a outras formas de violência, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 11. Percepção sobre o que é violência por faixa etária e sexo

	8 a 12 anos			13 a 17 anos		
	F	M	T	F	M	T
Agressão verbal (xingar)	84%	85%	85%	73%	65%	69%
(Falta de) Atenção e cuidado	70%	61%	65%	66%	33%	49%
Agressão física (bater)	86%	90%	88%	86%	70%	78%
Abuso sexual (tocar o corpo)	84%	80%	82%	95%	63%	79%
Castigo (ficar sem sair)	65%	67%	66%	77%	56%	67%

Conclusão

A violência em ambiente escolar é uma realidade vivenciada por crianças e adolescentes de todo o Brasil. Incidentes envolvendo professores, funcionários e alunos contribuem para a percepção negativa que estes possuem com relação a sua própria segurança. A aplicação do ISC entre os alunos da EMEF do CEU Parque Anhanguera suscitou relevantes questões sobre a relação entre Educação e violência e os impactos que a imersão em ambientes instáveis e violentos possuem sobre o sentimento de insegurança de crianças e adolescentes.

Os resultados obtidos entre os alunos da EMEF do CEU Parque Anhanguera mostram que a percepção de segurança dos entrevistados é menor em espaços públicos do que privados. Além disso, é notável o fato de que crianças e adolescentes do sexo feminino se sintam mais inseguras do que os seus correspondentes do sexo masculino. Estas também são as menos otimistas com relação ao seu futuro e às perspectivas de possuírem uma vida melhor.

A aplicação do ISC também aponta que a falta de cuidado e atenção é vista como algo errado por crianças e adolescentes, indicando que estes enxergam o abandono como uma forma de violência. Também foi constatado que a violência escolar é um aspecto notado pelos alunos da EMEF do CEU Parque Anhanguera, que relataram a recorrência de casos de ameaças, xingamentos e brigas entre colegas dentro da escola.

As principais conclusões e lições extraídas pela aplicação do ISC na EMEF do CEU Parque Anhanguera podem servir para o desenvolvimento e fortalecimento de mecanismos que busquem não apenas reduzir o impacto da violência sobre crianças e adolescentes em contextos frágeis, como para prevenir a exposição deste grupo a diferentes formas de violência. Espera-se que as evidências geradas sirvam de insumo para o projeto pedagógico da escola, bem como para outras iniciativas que abordem a insegurança e a violência. Servirá também como fonte de informação para formulação de políticas públicas que atendam às necessidades específicas de crianças e adolescentes vítimas de violência, a partir da Educação.

Referências

Abramovay, M. e Rua, M. G. (2002). *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO.

Azevedo, A. M.; Guerra, V. (sem data). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um cenário em (des)construção*. UNICEF. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf

Chioda, L.; Mello, J. M. P; Soares, R. (2013). *Spillovers from Conditional Cash Transfer Programs: Bolsa Família and Crime in Urban Brazil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTRES/Resources/469232-1380041323304/Chioda_deMello_Soares_BolsaFamilia_April242013.pdf

Camacho, L. (sem data). *Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescentes: um estudo das realidades de duas escolas semelhantes e diferentes entre si*. São Paulo: Tese (dout.) Universidade de São Paulo.

Carvalho, A. M.; Souza, P. M. (2008). *Desigualdade entre ricos e pobres no acesso à educação no Brasil rural e urbano*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Disponível em: <http://sober.org.br/palestra/9/416.pdf>

Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (2010). *Bullying Escolar no Brasil: Relatório Final*. São Paulo: CEATS. Disponível em: <https://www.ucb.br/sites/100/127/documentos/biblioteca1.pdf>

Drumond, J. (2007). *Inovações Educacionais no Brasil e Constituição do Sujeito*. Minas Gerais: UFMG, 2007. Disponível em: http://intranet.ufsj.edu.br/rep_sysweb/File/vertentes/Vertentes_29/jose_cosme.pdf.

Gonçalves, L. A.; Sposito, M. (2002). *Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil*. São Paulo: Cad. Pesquisa.

Governo Federal (2015). *Balanço semestral do disque direitos humanos: disque 100*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/balancodisque100>

Gusmão, F. P. (sem data). *O elo entre a educação transformadora e a reprodutora: perspectivas numa análise da educação escolar*. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/arquivos/FRANCELINE%20GT%2004%20%20artigo.pdf>.

Ministério da Justiça (2010). *Projeto Juventude e Prevenção da Violência: Eixo 2 – Sistematização de experiências de prevenção à violência entre jovens (relatório final)*. Brasília: Ministério da Justiça, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ILANUD. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//relatoriosistematizacao.pdf>

Njaine, K.; Minayo, M. (2003). *Violência na escola: identificando pistas para a prevenção*. Comunic, Saúde, Educ. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/icse/v7n13/v7n13a08.pdf>

Ortega, R.; Del Rey, R. (2002). *Estratégias Educativas para a Prevenção da Violência*. Brasília: UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128721por.pdf>

Pino, A. (2007). *Violência, Educação e Sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo*. Educação e Sociedade. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300007&script=sci_abstract&tling=pt

Rosa, M. J. A. (2010). *Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem*. Itabaiana: GEPIADDE. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identicidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_8/FORUM_V8_09.pdf

Tawil, S. (2000). *International humanitarian law and basic education*. Genebra: International Review of the Red Cross. Disponível em: <https://www.icrc.org/eng/resources/documents/article/other/57jq44.htm>.

Tawil, S. (1997). *Educational Destruction and Reconstruction in Disrupted Societies: Final report of meeting*. Geneva: Unesco International Bureau of Education.

UNESCO (2008). *Mais Educação, menos Violência: Caminhos inovadores do programa de abertura das escolas públicas nos finais de semana*. Brasília: UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001785/178542por.pdf>

UNICEF (2014). *10 desafios do ensino médio para o Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos*. Brasília: UNICEF. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/10desafios_ensino_medio.pdf

UNICEF (2007). *Porque dizer não à redução da idade penal*. Brasília: UNICEF. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/idade_penal/unicef_id_penal_nov2007_completo.pdf

Waiselfisz, J. (2015). *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: FLACSO. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

Outras publicações do Instituto Igarapé

ARTIGOS ESTRATÉGICOS

ARTIGO ESTRATÉGICO 25

O Brasil e o Marco Civil da Internet. O Estado da Governança Digital Brasileira

Daniel Arnaudo

(Abril 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 24

Confiança em desenvolvimento: o Brasil e os projetos de impacto rápido

Eduarda Hamann, Henrique Garbino e Maiara Folly

(Abril 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 23

Controlando el territorio y construyendo seguridad y justicia en el posconflicto colombiano. Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana

(Dezembro 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 22

Durões contra os fracos; fracos frente aos durões: as leis de drogas e a prática da ação policial

Juan Carlos Garzón Vergara

(Outubro 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 21

Infância e Segurança: um estudo sobre a percepção da violência por crianças e adolescentes do Complexo do Muquiço, Rio de Janeiro

Renata A. Giannini, Maiara Folly, Victor Ladeira, Andressa Werneck e Renata Siqueira

(Julho 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 20

Making Cities Safer: Citizen Security Innovations from Latin America

Robert Muggah, Ilona Szabo de Carvalho, Nathalie Alvarado, Lina Marmolejo e Ruddy Wang

(Junho 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 19

Construindo Planos Nacionais de Ação eficazes: coletânea de boas práticas

Renata A. Giannini

(Março 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 18

“When Kids Call the Shots” Children’s perceptions on violence in Recife, Brazil, as per the ‘Child Security Index’

Helen Moestue, Katherine Aguirre e Renata A. Giannini

(Dezembro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 17

Where is Latin America? Reflections on Peace, Security, Justice and Governance in the Post-2015 Sustainable Development Agenda

Renata A. Giannini

(Outubro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 16

Políticas de Drogas no Brasil: A Mudança já Começou

Ilona Szabó de Carvalho e Ana Paula Pellegrino

(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 15

Nuevos retos y nuevas concepciones de la seguridad en México

Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana

(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 14

A ‘Third Umpire’ for Policing in South Africa – Applying Body Cameras in the Western Cape

David Bruce e Sean Tait

(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 13

Brazil and Haiti: Reflections on 10 Years of Peacekeeping and the Future of Post-2016 Cooperation
Eduarda Passarelli Hamann (org.)
(Janeiro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 12

Measurement Matters: Designing New Metrics for a Drug Policy that Works
Robert Muggah, Katherine Aguirre e Ilona Szabó de Carvalho
(Janeiro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 11

Desconstruindo a segurança cibernética no Brasil: ameaças e respostas
Gustavo Diniz, Robert Muggah e Misha Glenny
(Dezembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 10

Expansão Digital: como as novas tecnologias podem prevenir a violência contra crianças nos países do hemisfério sul
Helen Mostue e Robert Muggah
(Novembro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 9

Promover Gênero e Consolidar a Paz: A Experiência Brasileira
Renata A. Giannini
(Setembro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 8

Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras: Edição Especial dos Diálogos de Segurança Cidadã
Michele dos Ramos, Robert Muggah, José Luiz Rattón, Clarissa Galvão, Michelle Fernandez, Claudio Beato, Andréa Maria Silveira, Melina Ingrid Risso e Robson Rodrigues.
(Julho 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 7

Changes in the Neighborhood: Reviewing Citizen Security Cooperation in Latin America
Robert Muggah e Ilona Szabó de Carvalho
(Março 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 6

Prevenindo a violência na América Latina por meio de novas tecnologias
Robert Muggah e Gustavo Diniz
(Janeiro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 5

Protegendo as Fronteiras: o Brasil e sua estratégia "América do Sul como prioridade" contra o crime organizado transnacional
Robert Muggah e Gustavo Diniz
(Outubro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 4

To Save Succeeding Generations: UN Security Council Reform and the Protection of Civilians
Conor Foley
(Agosto 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 3

Momento Oportuno: Revisão da Capacidade Brasileira para Desdobrar Especialistas Cíveis em Missões Internacionais
Eduarda Passarelli Hamann
(Janeiro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 2

A Fine Balance: Mapping Cyber (in)security in Latin America
Gustavo Diniz e Robert Muggah
(Junho 2012)

ARTIGO ESTRATÉGICO 1

Mecanismos Nacionais de Recrutamento, Preparo e Emprego de Especialistas Cíveis em Missões Internacionais
Eduarda Passarelli Hamann
(Maio 2012)

NOTAS ESTRATÉGICAS

NOTA ESTRATÉGICA 25 - The Future of United Nations Peacekeeping Operations from a Brazilian Perspective (implementing the HIPPO report)
Eduarda Hamann and Adriana Erthal Abdenur
(Março 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 24 - Em Busca da Igualdade de Gênero: boas práticas para a implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança

Maiara Folly e Renata Avelar Giannini
(Março 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 23 - Filling the accountability gap: principles and practices for implementing body cameras for law enforcement

Robert Muggah, Emile Badran, Bruno Siqueira e Justin Kosslyn
(Novembro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 22 - Latin American Dialogue on International Peace and Security

Reviewing the prospects for peace operations, peacebuilding and women, peace and security
(Maio 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 21 - Assessing Haiti's Electoral Legitimacy Crisis – Results of a 2016 Survey

Athena R. Kolbe e Robert Muggah
(Fevereiro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 20 - Impact of Perceived Electoral Fraud on Haitian Voter's Beliefs about Democracy

Athena R. Kolbe, Nicole I. Cesnales, Marie N. Puccio e Robert Muggah
(Novembro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 19 - A Força de uma Trajetória: O Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)

Eduarda Passarelli Hamann
(Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 18 - Implementing UNSC Resolution 1325 in Brazil: surmounting challenges and promoting equality

Renata A. Giannini, Mariana Lima e Pérola Pereira
(Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 17 - A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: visão de mundo e narrativas do Brasil

Eduarda Passarelli Hamann
(Maio 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 16 - Break Your Bones: mortality and morbidity associated with Haiti's Chikungunya epidemic

Athena R. Kolbe, Augusta Herman e Robert Muggah
(Julho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 15 - New Technologies for Improving Old Public Security Challenges in Nairobi

Mads Frilander, Jamie Lundine, David Kutalek e Luchetu Likaka
(Junho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 14 - O Despertar da América Latina: uma revisão do novo debate sobre política de drogas

Ilona Szabó de Carvalho
(Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 13 - The Changing Face of Technology Use in Pacified Communities

Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin
(Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 12 - A Inserção de Civis Brasileiros no Sistema ONU: oportunidades e desafios

Renata Avelar Giannini
(Janeiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 11 - A Diáspora Criminal: o alastramento transnacional do crime organizado e as medidas para conter sua expansão

Juan Carlos Garzón Vergara
(Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 10 - Smarter Policing: tracking the influence of new information technology in Rio de Janeiro

Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin
(Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 9 - Is Tourism Haiti's Magic Bullet? An Empirical Treatment of Haiti's Tourism Potential

Athena R. Kolbe, Keely Brookes and Robert Muggah
(Junho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 8 - Violencia, Drogas y Armas ¿Otro Futuro Posible?

Ilona Szabó de Carvalho, Juan Carlos Garzón e Robert Muggah

(Julho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 7 - A Promoção Da Paz No Contexto Pós-2015: o papel das potências emergentes

Robert Muggah, Ivan Campbell, Eduarda Hamann, Gustavo Diniz e Marina Motta

(Fevereiro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 6 - After the Storm: Haiti's coming food crisis

Athena Kolbe, Marie Puccio e Robert Muggah

(Dezembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 5 - Brazil's Experience in Unstable Settings

Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite

(Novembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 4 - Cooperação Técnica Brasileira

Iara Costa Leite e Eduarda Passarelli Hamann

(Setembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 3 - A Experiência do Brasil em Contextos Instáveis

Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite

(Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 2 - The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti (Aug 2011 - Jul 2012)

Athena R. Kolbe, Robert Muggah e Marie N. Puccio

(Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 1 - Haiti's Urban Crime Wave? Results from Monthly Households Surveys (Aug 2011 - Feb 2012)

Athena R. Kolbe e Robert Muggah

(Março 2012)



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and **do** tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado às agendas da segurança, da justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. O Instituto atualmente trabalha com cinco macrotemas: (i) política sobre drogas nacional e global; (ii) segurança cidadã; (iii) cidades seguras; (iv) consolidação da paz; e (v) segurança cibernética. O Instituto Igarapé tem sede no Rio de Janeiro, com representação em Bogotá, Cidade do México, Lisboa e outras partes do mundo.

Instituto Igarapé

Rua Miranda Valverde, 64

Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22281-000

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

Rua Miranda Valverde, 64
Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22281-000
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
[facebook.com/institutoigarape](https://www.facebook.com/institutoigarape)
twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br

